



Deixem que **venham** a mim as **crianças**

Pistas bíblico-teológicas para o ministério com **a infância e a juventude**

Este documento foi preparado por iniciativa do Movimento Juntos com a Infância e a Juventude (MJNJ) com o propósito de proporcionar às igrejas, instituições teológicas, organizações cristãs e líderes eclesiais em geral, um recurso educativo para a reflexão bíblica, teológica e pastoral sobre o ministério com as meninas, meninos, adolescentes e jovens. De nenhuma maneira pretende ser um documento concluinte, senão um ponto de partida para posteriores reflexões e, sobretudo, para assumir maiores e melhores compromissos neste prioritário ministério.

O processo que se seguiu para sua redação procurou ser participativo e variado. Por mais de um ano, a Mesa de Bíblia e Teologia¹ do MJNJ trabalhou em diferentes documentos que depois pôs em mãos de mais de 120 líderes de igrejas para que fosse discutido, corrigido e melhorado². Este texto é o resultado de um longo processo no qual participaram pastores e pastoras, teólogos e teólogas, docentes e outros líderes de diferentes igrejas do continente, entre adolescentes, jovens e adultos.

Agora o documento será propriedade de quem desejar juntar-se a este processo participativo: lendo, discutindo e meditando. Nossa oração que iniciou como um texto escrito se converta, pela graça de Deus e o compromisso de seu Povo, em um movimento que, juntos com a infância e a juventude, faça possível uma Igreja inclusiva, na que quem têm sido considerados por sempre pequenos passem hoje a ser protagonistas da Missão e foco central do ministério.

Lembremos o que nos ensinou o Mestre: « Jesus, chamando-os para si, disse: Deixai vir a mim as crianças, e não os impeçais, porque dos tais é o reino de Deus. 17 Em verdade vos digo que, qualquer que não receber o reino de Deus como criança, não entrará nele». (Lucas 18:16-17).³

Enrique Pinedo

Coordenador do Movimento Juntos com a Infância e a Juventude

Harold Segura

Coordenador da Mesa de Bíblia e Teologia

San José, Costa Rica, abril 5 de 2015

Domingo de Ressurreição

1 A equipe redatora esteve formada por Nicolás Panotto (Argentina), Edesio Sánchez (México), Ruth Alvarado (Peru), Ángel Manzo (Equador) e Harold Segura (Colômbia-Costa Rica). Também participaram como leitores-corretores do documento: Luciana Noya (Uruguai), Illich Avilés (Nicarágua) e Priscila Barredo (México-Costa Rica).

2 Incluem-se as contribuições que surgiram do trabalho em grupo de mais de 100 participantes do Congresso Mesoamericano A Infância coração da Missão, celebrado em São Salvador, El Salvador, em outubro de 2014 e convocado pelo Movimento Juntos com a Infância e a Juventude.

3 Todos os textos bíblicos foram tomados da Bíblia Tradução em Linguagem Atual, TLA, Sociedades Bíblicas Unidas, 2003.

INDICE

PRIMEIRA PARTE: **Nossas meninas e meninos hoje**

5

Infância em situação de risco social, Infância vulnerável e vulnerada
Um problema «de grandes»
O adultocentrismo em nossas igrejas
Onde estão nossas meninas e meninos?

SEGUNDA PARTE: **Aa meninas e os meninos no reino de Deus**

8

O que é e o que pode ser
Os pequenos e pequenas do reino
O reino e a família
Meninos e meninas: sujeitos teológicos do reino

TERCEIRA PARTE: **Do Deus Patriarca ao Deus de amor**

11

Imagens de Deus
Sobre a comunidade do Deus Trino e a família

QUARTA PARTE: **Igreja que aprendem a jogar**

13

Meninos e meninas no centro
Teologia e jogo
Missão desde a infância: conversão, evangelização, discipulado e pastoral

QUINTA PARTE: **Desafios: transformar e ser transformados**

16

Igreja servicial e profética
Igreja sensível e disposta a aprender
Igreja Inter geracional e inclusiva
Igreja terna e promotora de justiça
Igreja formadora e protetora

INTRODUÇÃO

0. Meninas, meninos e adolescentes representam os setores mais numerosos de nossas sociedades da América Latina e, ao mesmo tempo, são os mais vulneráveis em contextos de pobreza, injustiça e desproteção. Eles formam parte dos grupos mais afetados por diversas problemáticas como a pobreza, o VIH e Aids, a violência, a migração, entre outros. Tal panorama está longe de ser estranho; e, forma parte da realidade cotidiana em nossas comunidades e igrejas. Para enfrentar esta situação, devemos indagar, não somente as estatísticas e os relatórios, mas também, principalmente, as origens desta problemática e como podemos agir desde nossa perspectiva de fé. Como igrejas devemos interrogar-nos sobre o que nos diz o texto bíblico, repensar nossa ética cristã, avaliar nossa missão e as possibilidades concretas com as que contamos em nosso continente para contribuir à superação desta situação.



Nossas meninas e meninos hoje

Infância em situação de risco social, infância vulnerável e vulnerada

1. As estatísticas e os estudos sobre a situação dos meninos, meninas e adolescentes na América Latina nos mostram uma imagem que deve preocupar-nos seriamente: a 'infantilização da pobreza'. O subgrupo mais extenso dentro dos setores empobrecidos e indigentes, são meninos e meninas. A pobreza se entende não só como carência econômica, senão também como falta de acesso a serviços básicos de saúde, a educação, a espaços para participação e de proteção. A violência, o abandono, a discriminação, a exclusão, a desproteção e a propagação de doenças, entre outras problemáticas, se apresentam com maior magnitude em contextos de pobreza.

2. Na América Latina, 6.000.000 milhões de meninos e meninas sofrem abuso físico, incluindo abandono. Mais de 80.000 meninos e meninas menores de 18 anos morrem a cada ano por abuso de seus pais. Os cinco países com as mais elevadas porcentagens de violência aos meninos e às meninas são Nicarágua, República Dominicana, Peru, Costa Rica e El Salvador. Esta situação também chega às igrejas, especialmente a partir de uma interpretação parcializada do castigo físico no texto bíblico, o qual serve em muitas ocasiões como ante porta ou legitimação de situações de abuso e violência no seio de famílias cristãs.
3. Em uma pesquisa feita no Peru e na Bolívia sobre os evangélicos e a violência doméstica, no que se refere a crenças e práticas de castigo e disciplina aos meninos e meninas, se constata que em média mais da metade das famílias evangélicas está de acordo ou parcialmente de acordo com o castigo físico (mais da terça parte afirma que o realiza com instrumentos físicos como correias, varas ou outros objetos). Também se constatou que no Peru o castigo físico nos lares evangélicos é usado com mais frequência que em outros lares da sociedade peruana, e em Bolívia, apesar da diminuição no uso do castigo físico no âmbito familiar, aumentou o castigo psicológico.⁵

Esta mesma pesquisa constatou que são as meninas as que mais sofrem o castigo físico e o abuso sexual. O 90% dos casos correspondem a meninas, sendo os familiares ou pessoas conhecidas da vítima os perpetradores mais comuns. As porcentagens de abuso sexual em adolescentes entre 15 e 19 anos é de 20% em vários países do continente.

4. O problema do Tráfico de pessoas⁶ é crescente em nosso continente. Na América Latina, dois milhões de meninos, meninas e adolescentes são vítimas de exploração sexual comercial ou trabalhista.
5. O impacto que a epidemia do VIH e Aids está tendo na infância é devastador. Mais de dois milhões de meninos e meninas vivem com VIH e Aids no mundo e se calcula que 47,000 estão na América Latina e no Caribe. Se bem que na região se conseguiu algum progresso no cuidado e tratamento das pessoas adultas, não sucede assim com a infância. Sem o entorno protetor de suas famílias, os meninos e meninas vulneráveis e em situação de orfandade devido ao VIH e Aids se enfrentam a um maior risco de desnutrição, violência, exploração e abuso.
6. Existem outras problemáticas que poderíamos acrescentar, como a migração, os níveis de analfabetismo, as carências na área de saúde, entre outras. As estatísticas anteriormente mencionadas são apenas um exemplo de uma situação evidente nos nossos contextos: as meninas, meninos y adolescentes representam o setor de maior vulnerabilidade com respeito aos problemas sociais de nossas sociedades.

Um problema de «grandes».

7. O capítulo anterior mostra em números uma realidade que vemos ao nosso redor dia a dia. Agora, a pergunta é: por que a infância de nosso continente é o grupo mais vulnerável? O que há de especial com este setor em particular para ser vítima de tais circunstâncias?

5 Relatório, *Dentro das quatro paredes. Evangélicos e a violência doméstica no Peru e na Bolívia*: <http://institutopaz.net/recursos/resumen-ejecutivo-dentro-de-las-cuatro-paredes> , <http://institutopaz.net/recursos/resumen-ejecutivo-dentro-de-las-cuatro-paredes-bolivia>

6 O Tráfico de pessoas representa o comércio ilegal de pessoas com fins de exploração sexual, trabalho forçado e outros tipos de escravidão.

8. As respostas a estas perguntas se depositam em elementos fundamentais, como são as formas em que compreendemos e definimos quem são nossos meninos e meninas e que lugar têm nas sociedades de América Latina (nas famílias, escolas, bairros e igrejas) em outras palavras, a maneira em que respondemos à pergunta básica de o que significa ser menino, ser menina? Resultará em diversas formas de agir e de ver a realidade. É por isso que encontramos diferentes compreensões e discursos ao respeito que derivam em distintas formas de agir. Por exemplo, a crença de que as meninas e meninos são seres inferiores ou uma pessoa menos desenvolvida que as pessoas adultas.
9. Isto nos indica um aspecto central a ser levado em conta, a saber, que existem diversas concepções de que é ser menino ou menina. Pouco nos perguntamos por isso já que damos por um feito o que compreendemos ao respeito. Pero fazê-lo es determinante para nosso trabalho. Em outras palavras, a forma de intervenção que desenvolveremos dependerá de qual é nossa compreensão da infância. As práticas e circunstâncias de exclusões produzem, muitas vezes, por naturalizar a condição dos meninos e as meninas em certos esquemas e estruturas. Daqui uma pergunta que faremos ao longo deste documento: que lugar têm as meninas e os meninos em nossas comunidades e igrejas? Desde onde se define? A que compreensões responde? Acaso esses lugares não legitimam, desde uma olhada mais ampla, outras circunstâncias de risco que experimentam em seus contextos imediatos, como na família, o bairro ou a escola?
10. a situação de risco em que se vê exposta a infância não se vincula somente com problemas de conjunturas e sim com algo mais de fundo, e por isso mais problemático: as imagens e ideias que circunscrevem, limitam, localizam e abrem seu lugar dentro da comunidade. Mais ainda, ele responde, principalmente, à cosmovisão adulta Central que reina em nossas sociedades. Que queremos dizer com isso?
- Que os meninos e meninas têm um lugar de inferioridade com respeito às pessoas adultas.
 - Que rege uma distinção fortemente marcada entre as “coisas que têm que ver com meninos e meninas” e as “coisas dos adultos”, que produz distinções nas próprias relações de poder e de valor (desde a família até nas igrejas).
 - Que existem divisões naturalizadas (ou seja, que não são postas em discursões e sim que “são assim porque sim”) sobre as características dos diversos grupos que compõem nossas sociedades. Assim, se chega a legitimar todo tipo de situações, até mal tratos de pessoas adultas a meninos e meninas, de homens a mulheres, «porque assim deve ser».
 - Que há uma “lógica do adulto” e uma “lógica da infância” com respeito a como se vê a vida, as quais se contrapõem e, obviamente, esta última se considera “inferior”.
11. Em resumo, queremos enfatizar sobre o fato de que um trabalho comprometido a fundo com a infância e a adolescência implicará atender não só as consequências de certas práticas e contextos, mas também das visões, ideários e discursos que permitem tais circunstâncias, e que –queiramos ou não– nós mesmos lhes damos lugar ao naturalizar diversas compreensões do mundo, das pessoas, da igreja e de Deus mesmo.
- O adultocentrismo em nossas igrejas**
12. O adultocentrismo presente em nossas sociedades dá lugar a que os meninos e meninas sejam vítimas do maltrato, da violência e da exclusão devido a que existe compreensões naturalizadas sobre o suposto lugar de inferioridade que possuem. Agora, isto afeta em nossas igrejas? Lamentavelmente a resposta é afirmativa.
13. Podemos ver este adultocentrismo presente em nossas comunidades eclesiais no lugar secundário que têm os meninos, meninas e adolescentes na organização da igreja, e o pouco protagonismo que possuem nas atividades consideradas como exclusivas das pessoas adultas. Desde uma perspectiva ainda mais ampla, vemos esta dinâmica nas formas que se compreendem as doutrinas e as imagens de Deus, as quais respondem a uma visão adulta e masculinizada, que não respondem ao texto bíblico e que denigram o lugar tanto dos filhos, filhas, como das mães. Também poderíamos mencionar algumas práticas e doutrinas, tais como o batismo, a Ceia do Senhor, a liturgia, entre outras, onde a infância e adolescência está em muitos casos excluída.
- Onde estão nossas meninas e meninos?**
14. Ante este panorama, uma proposta de mudança implica necessariamente ir ao fundo desta problemática: as cosmovisões (sociais, culturais e religiosas) que sustentam e fundamentam a posição de vulnerabilidade da infância. Em outros termos, os meninos e as meninas precisam de um novo lugar em nossas famílias, nossas comunidades, nossas escolas e nossas igrejas. Por este motivo, hoje em dia se fala das meninas e dos meninos como sujeitos de direito, onde se reconhece sua capacidade de eleger, de criar, de crescer, de participar, de ter voz.

As meninas e os meninos no reino de Deus

«E ele, assentando-se, chamou os doze, e disse-lhes: Se alguém quiser ser o primeiro, será o derradeiro de todos e o servo de todos.

E, lançando mão de um menino, pô-lo no meio deles e, tomando-o nos seus braços, disse-lhes: Qualquer pessoa que receber um destes meninos em meu nome, a mim me recebe; e qualquer que a mim me receber, recebe, não a mim, mas ao que me enviou. » (Marcos 9:35-37)

O que é e o que pode ser

15. Jesus pôs a um menino no meio dos discípulos para ensinar-lhes quem é o primeiro no reino de Deus. Agora, o que é o reino? O termo provém de tempos do Antigo Testamento, quando o povo de Israel se enfrentava a pressão dos impérios de turno. O “reino dos céus” que se aproximava representava a intervenção de Deus que ocorreria em resposta a esta situação de opressão, onde se alcançaria a paz e se implantaria a justiça esperada através de um reinado completamente diferente, dirigido por um Messias. Esta visão se expressa nos escritos proféticos, e de maneira especial em Isaías: a salvação que viria será perdurável (51:6), se promoveria uma mudança radical no povo (60), um novo céu e nova terra (60:19, 65:17, 66:22). Em outras palavras, o reino dos céus seria uma transformação integral de Israel, em todas suas áreas: uma justiça mais justa, uma política mais igualitária, uma economia mais comunitária.
16. Lucas 17.20-24 nos mostra que, por um lado, Jesus mesmo proclamou e encarnou este reino, e por outro, que este também está por vir. Sem cálculos, nem modelos, nem tempos. No seguimento de Jesus se reconhecia esta contradição: a presença do reino que transforma a História hoje, e a sua vez da esperança em sua consumação final, como a meta que prosseguimos em uma espera ativa, guiados no Espírito (Jn 16.5-15)
17. O reino praticado e proclamado por Jesus tinha que ver com optar pelos mais desfavorecidos da sociedade daquela época: atender aos pobres e lutar pelas injustiças no âmbito judicial, político e religioso (Mt 5:3, Lc 4.16-20) O reino, para Jesus, também significava atos de inclusão e de “ruptura” com os costumes do momento, como quando se encontrava na casa de Maria e Marta (Lc 10:38-42), cuja imagem é a do mestre com seus aprendizes, prática onde as mulheres eram totalmente esquecidas. Também vemos na História do encontro com a samaritana (Jn 4:1-26), cuja radicalidade não só está em aproximar-se de uma pessoa de Samaria (repudiados e discriminados pelos judeus devido a sua “impureza étnica”) senão também por ser mulher, consolando-a e anunciando-lhe as boas novas.
18. Jesus mostra que o reino chegou através de suas palavras e ações (Mt 12:28, Lc 11:20, 17:20). Usa a linguagem de “obediência” para descrever seu ministério e missão (Lc 4:21, 6:20, 7:22, 16:16, Mt 11:15). Apresenta o reino como uma “experiência humana” e aberta à graça de Deus (Lc 12:32). Este reino não é um reino despota como os impérios circundantes, e sim um reino inclusivo e amoroso (Lc 6:20, 7:22, Mt 11:5).
19. Este reino tampouco pertence a um futuro incerto, ele se manifesta aqui e agora em Jesus Cristo. Eles refletem diferentes imagens expressadas por ele: ao perdoar os pecados (Mc 2:5, 2:17, Lc 7:50, 15:2, Jn 8:11), que não era uma transação judicial ou rito religioso e sim um verdadeiro ato de libertação da culpa interior, o temor e a exclusão social da pessoa, para reintegrá-la à comunidade (Lc 19:1-10); ao restaurar a vida, refletido em seu ministério de cura e expulsão de demônios, o qual não são fatos isolados e sim, novamente, atos de redenção integral; ao compartilhar a mesa com todos e todas sem exceções (Mc 2:15, Lc 7:36, 11:37, 14:1, 15:2, 19:5), uma amostra de abertura em amor a todas as pessoas sem restrições sociais.
20. Em resumo o tema do reino de Deus, disseminado por toda a Bíblia, sugere três premissas que o definem:
- Deus é originador e promotor do reino, e, portanto, soberano indiscutível.
 - Toda ação humana está sujeita a Deus. Na oração do Pai nosso, Jesus afirma «Faça-se a sua vontade» (Mt 6.10), indicando que só aquela pessoa que segue a vontade do Pai, terá acesso ao reino de Deus (Mt 7.21), pois tudo depende de sua vontade. Com o fim de acentuar de maneira contundente a soberania de Deus sobre todo o criado, lhe dá prioridade ao vulnerável e débil como a característica privilegiada de quem forma parte do reino. Daí que Jesus—junto com outras testemunhas bíblicas—ensinou com toda clareza que o reino dos céus é dos pobres e das crianças (Lc 6.20; Mc 10.14)
 - O exercício do reinado tem uma amplitude universal. Tanto o Antigo Testamento como o Novo Testamento apresentam a ação de Deus como rei e governante fora do âmbito religioso, racial e étnico. Só o fato de começar as Sagradas Escrituras com a criação do mundo, indica que a ação e soberania de Deus não encontram limite algum. Além disso, êxodo, evento central da fé bíblica, se dá no marco da abertura total da ação libertadora do Senhor para todos os que vivem oprimidos e escravizados. Assim o entendeu o profeta Amós quando disse: “Para mim, vocês os israelitas não são diferentes a outros povos: a vocês os tirei de Egito, aos filisteus os tirei de Creta, e aos arameus os tirei de Quir” (Am 9.7).

Os pequenos e pequenas do reino

21. Desde O Antigo Testamento, podemos ver a centralização que têm as pessoas excluídas do povo de Israel para a missão de Deus. É assim que encontramos como os órfãos, as viúvas e os estrangeiros deviam ser especialmente cuidados e atendidos (Ex 22:22; Dt 10:18; 24:17) Jesus encaminha seu ministério nesta mesma direção, atendendo aos enfermos, às viúvas e cumprindo com seus ditados e

palavras à ação especial de Deus para quem sofriam o desprezo e opressão (Mt 5.1-12; Lc 4.16-19).

- Estes são chamados muitas vezes os pequenos e pequenas de Deus, a quem acolhe de modo especial por sua situação de exclusão e vulnerabilidade. Deus se mostra no texto bíblico como o Deus de justiça, de igualdade e de amor, que age de modo direto ante as injustiças e a desproteção humana. É um Deus que se solidariza com a dor humana.

O reino e a família

- O tema da família na Bíblia entra, logicamente, nesta proposta do reino de Deus, como uma instância central de educação, convivência, relacionamento e crescimento na fé. Deve-se, em primeiro lugar, reconhecer que a Bíblia não apresenta nenhum modelo ou paradigma único do que poderia chamar-se família ideal ou família cristã, como se costuma acreditar. As diversas etapas que viveu o povo de Deus, sobretudo na época do Antigo Testamento —período formativo, época monárquica, exílio e pós-exílio—oferecem facetas do ser família, desde o tamanho, passando por sua composição, até a consideração de papéis dentro da mesma.
- No entanto, podemos encontrar, tanto no Antigo, como no Novo Testamento, alguns elementos característicos de como se entende um núcleo familiar: a presença de mais de duas gerações no lar (avós, pais, filhos), a inclusão de pessoas de relação não consanguínea dentro das famílias e a demanda de manter comunidades de igualdade (viúvas, órfãos e exiliados ou escravos de guerra ou por razões econômicas e outras pessoas cuja vida estivesse em claro perigo por não ter um lar onde morar de modo seguro e significativa). Daqui é que a família representa um espaço de proteção, crescimento e aprendizagem, onde os meninos e meninas crescem como indivíduos em sociedade desde a relação com as pessoas próximas, desde a inserção no conhecimento de uma história (a importância da memória) e desde a vinculação da fé com os assuntos de toda a comunidade.

Meninos e meninas: sujeitos teológicos do reino

«Naquela mesma hora Jesus se regozijou no Espírito, e disse: Eu te alabo, Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondestes estas coisas dos sábios e entendidos e as revelastes às crianças. Sim, Pai, porque assim te agradou».

- Enquanto Mc 9.35-37 reflete como Jesus encontra as crianças como metáfora do reino, este versículo evidência o lugar ativo que eles têm. Tudo o que os seguidores que estavam com Jesus tinham vivido, tudo aquilo do que se alegravam e glorificavam, tinha sido escondido os sábios, os entendidos da lei e os líderes religiosos da época, e foi revelado aos meninos e meninas. Como vimos, os pequenos e pequenas de Deus representavam um conceito central na teologia de Israel. Por isto, desde este contexto, devemos que entender que os meninos e meninas concebiam como “voz da divindade”, tanto na tradição judeu como na religiosidade da antiguidade greco-romana.
- Neste relato, Jesus contrapõe duas lógicas: a dos sábios e entendidos —adultos, supostos conhecedores de todos os detalhes e intérpretes autorizados dos documentos religiosos— e a dos meninos e das meninas. A primeiros representam a razão, a inteligência, o cálculo, o controle, todos eles adjetivos que definem a cúspide da suposta maturidade que permite falar com objetividade, determinação, integridade e direito, neste caso de Deus mesmo. Mas ao final, os escolhidos para receber os mistérios divinos são os meninos e as meninas. Jesus os têm como exemplo, como sujeitos teológicos, como chave de revelação.
- Jesus utiliza a imagem da infância como metáfora do reino em várias ocasiões (Mt 18.1-2, 19.13-14, Mc 10.15-16, Lc 18.14-17). Tem sido interpretada esta afirmação de diferentes maneiras: como uma aptidão pessoal, um lugar social, uma característica atitudinal, entre outras. Mas, precisamente é o contraste que se explicita nesta passagem o que nos mostra uma melhor compreensão de seu significado. Usar a imagem da infância é fazer um investimento

irônico da rigidez da Lei, a qual, como se estipulava nesses tempos, não requer de seu seguimento ou cumprimento por parte dos meninos e meninas. Desde esta perspectiva, se poderia dizer que Jesus oferece uma noção do reino como realidade que vai mais além do cumprimento de um padrão religioso, e com isto de um modo particular de ver a Deus mesmo, centrada na interpretação de adultos homens sábios da lei.

- Como sabemos, os textos bíblicos não são só histórias que descrevem uma linearidade de fatos. Pelo contrário, são sucessos que possuem um significado simbólico muito profundo. O que significa, então, ver a Deus desde os meninos e meninas, e não desde quem supostamente possuem a autoridade (moral, espiritual, institucional, acadêmica) para fazê-lo? Podemos concluir que estas duas lógicas presentes na passagem representam em si maneiras distintas de ver a Deus. E não só nos referimos a imagens ou discursos específicos mas, também, de formas diferentes de aproximar-se ao divino.
- Em resumo, voltando al versículo de Mc 9.35-37, o menino posto no centro como metáfora do reino tem vários sentidos. Primeiro, representa a afirmação de Jesus de que o reino implica um compromisso especial com aquelas pessoas que a sociedade excluiu, cuja situação é de vulnerabilidade e injustiça. Enquanto houver quem mantenha essas fronteiras injustas, Deus age para incluir e fazer justiça. Mas em segundo lugar, essa ação de Jesus é uma afirmação de empoderamento, onde as meninas e meninos simbolizam a metáfora da revelação de Deus, em contraposição ao que se crê correto e verdadeiro, buscas que caracterizam à vida adulta.

Do Deus Patriarca ao Deus de amor



Imagens de Deus

30. Já sabemos que existem diferentes imagens de Deus. Mas de onde vêm? Deus decide revelar-se através da história. É nela onde damos nomes ao dizer-lhe “Pai”, “Amigo”, “Salvador”, ou usar expressões como “Amor”, “Misericordioso”, “Compassivo”, etc. Em outras palavras, a compreensão de Deus e a forma em que o descrevemos e conhecemos tem direta relação com a forma que experimentamos no dia a dia de nossa fé e segmento da Palavra. Mais ainda, as imagens de Deus que utilizamos se vinculam com as práticas e cosmovisões que promovemos.
31. Mas vale dizer que tais imagens são só expressões parciais já que Deus é sempre mais do que podemos pôr em palavras, conhecer e descrever. Nenhum discurso pode descrever de maneira final ou acabada. Consequentemente, ninguém pode dizer que possui o conhecimento total de Deus. Os discursos religiosos se tornam perigosos quando não reconhecem a dinâmica. Tendemos a crer que nossas formas particulares de compreender e definir a Deus são absolutas, esquecemos que nos encontramos sempre interpretando sua ação, desde nossas leituras do texto bíblico e as diversas experiências do Espírito que temos. Mais perigoso ainda quando uma prática, um discurso, uma ação ou uma cosmovisão particular tentam apresentar-se como absolutas em nome de Deus, e por isso se veem a si mesmas isentas de todo questionamento. Por isso devemos perguntar-nos: que concepção de Deus mantém o adultocentrismo em nossas igrejas? A que imagem de Deus nos referimos quando falamos do reino?
32. Algo comum neste endereço são as diversas atribuições que damos ao nome de “Pai”, muito utilizado no texto bíblico. Muitas vezes se fala de Deus como o Pai que castiga, que vigia, que controla,

que aplica a lei. A pergunta é: são bíblicas estas visões? Acaso elas não refletem mais bem uma compreensão fechada, adultocêntrica e patriarcal de “o paterno” – muito presente em nossa cultura-, aplicada à pessoa de Deus?

33. Ao ver a história de Jesus, a figura do Pai deve se compreender à luz de sua missão histórica. Jesus se descreve a si mesmo como enviado por ele, se descrevendo como um acompanhante em seu peregrinar (Jn 5:19-23; 14.21), cujo propósito central é dar vida (Jn 5.21) Mais ainda, o essencial no ministério de Jesus é mostrar o amor que vivencia com o Pai e assim, juntos com a comunidade de seguidores, viver nesse mesmo amor (Jn 15.10)
34. Sabemos que este é um tema complexo para as igrejas. Mas achamos que é importante pô-lo em discussão já que toda prática religiosa e discurso teológico agem como fundamento para ações e cosmovisões sociais. Ao mesmo tempo, tudo isto se mantém em uma compreensão de Deus. Por conseguinte, aqui também se requer ir mais ao fundo: às concepções teológicas que dão lugar à vulnerabilidade das meninas e os meninos, assim como outros setores sociais.

Sobre a comunidade do Deus Trino e a família


35. Mas aqui outro tema central que, mesmo básico e na teologia cristã, muitas vezes se deixa de lado: quando falamos de Deus, falamos de um Deus Trino. Por isso, remeter à relação entre o Filho e o Pai não pode esquecer o papel do Espírito. Este também acompanha à comunidade de crentes na missão (Jn 14.14,25-26), guiando-os no caminho da missão e a vivência da fé, refletindo sobre todas as coisas o amor entre o Pai e o Filho (Jn 16.12-15) Em resumo, o que caracteriza a Deus são modos de relacionar-se, partindo do amor, entre as três pessoas e a própria humanidade.
36. Em resumo, Deus se apresenta como comunidade trina de amor, que acolhe e acompanha a suas filhas e filhos no peregrinar da história. Então nos perguntamos: Quais são as imagens predominantes que usamos sobre Deus? Quais são as ênfases que

outorgamos? Se Deus é Trino e se manifesta através de relações de amor, porque tendemos a dar mais ênfase a imagens masculinas, legitimando com isto tipos de relações sociais adultocêntrica e patriarcais?

37. O tema do Deus trino, que enfatiza a constituição comunitária de Deus, é já um argumento bíblico teológico que nos convida a considerar o tema do ser humano como imagem de Deus, em perspectiva exegética, tomando em consideração, de maneira especial, o primeiro capítulo da Bíblia (Gênesis 1.26-28)

Nesta passagem, se ressalta o conceito comunitário tanto da divindade como da criatura: “Façamos agora ao ser humano tal e como nós somos... Foi assim como Deus criou ao ser humano tal e como é Deus”. O ser humano criado por esse Deus comunitário (trindade) representa um ser plural onde não se ressalta a igualdade, e sim a concórdia e harmonia dentro da diferença. Isto é, \square adam (humanidade) é criado à imagem de Deus como “varão” (zakar) e “mulher” (neqebah), porque a trindade é essa pluralidade onde os diferentes se unem em harmonia eterna. A imagem de Deus no ser humano se dá nessa pluralidade de masculinidade e feminidade; e chama a atenção, quando unimos o que se diz em Gênesis 5.1-4—“Deus criou ao ser humano a sua semelhança. Criou ao homem e à mulher, logo os benzeu e os chamou «seres humanos»... Adão teve um filho semelhante a ele em tudo, ao que chamou Set. Também teve mais filhos e mais filhas”—, a diferença se amplia ao incluir também a outras pessoas, não só na diferença de gênero, sino também geracional.

Com estes dois textos de Gênesis, pode-se considerar, com apoio exegético e hermenêutico, que o criado a imagem de Deus é mais que o indivíduo, às famílias, as que se reconhecem, em seus diferentes tipos, em praticamente todas as sociedades, antigas e modernas, como a menor unidade da sociedade.



Igrejas que aprendem a jogar

A lógica do jogo

38. Uma das características da infância é o jogo (mesmo que lamentavelmente muitas vezes não se cumpre, já que inclusive o direito a jogar lhes foi tirado). Esta não é só uma atividade recreativa, mas a maneira em que aprendem a socializar-se e compreender o mundo que os rodeia. O jogo se diferencia muito da maneira em que o adultocentrismo tenta compreender a realidade: o desfrute se posiciona sobre o cumprimento, a espontaneidade sobre as regras, corpo e os afetos sobre a razão, o estético sobre o escrito.
39. Neste sentido, as igrejas precisam partir também da lógica do jogo. O que queremos dizer com isto? Que o ser da igreja reflete mais abertamente as características dos jogos, e que com isto supere a rigidez dos conceitos e as práticas adultocêntrica, refletida nas formas de liturgia, de organização institucional, de esquemas de liderança, de pregação e ensinamento, entre outros. Isto significa que o afetivo, o lugar da espontaneidade, os movimentos do corpo e a pluralidade de formas de fazer as coisas –assim como a maioria de nossos meninos e meninas o vivenciam dia a dia- tomem um lugar central em nossas comunidades eclesiais. Que sejamos originais e que usemos a criatividade em nossos cultos, que as liturgias sejam mais inclusivas, que exista mais participação da voz dos meninos e das meninas na tomada de decisões e nos projetos eclesiais, entre outros elementos que poderíamos mencionar. O jogo não deve ser um entretenimento e sim uma maneira de compreender o contexto, de aprender a criticar nossos dogmatismos e costumes adultos. Por isso, a infância não só deve ser um setor ao

que atender senão do que devemos aprender e incluir. Abrir-se à lógica do jogo não é somente organizar atividades distintas, é representar de uma maneira distinta de ver a vida, a missão e a espiritualidade.

Meninos e meninas no centro

40. De tudo o que vimos até aqui, podemos dizer que uma igreja que caminha pelas trilhas do reino de Deus põe à infância como um de seus agentes principais. Com isto não queremos insinuar que os meninos e as meninas sejam o único sujeito a ter em conta desde a perspectiva do reino. Ao que queremos dar conta é que, diante à situação atual da infância e a adolescência em nossas sociedades e igrejas, se requer que tenham um lugar de maior centralidade. Mais ainda, compreender o reino nesta chave nos mostra a importância que possui um compromisso com toda pessoa e toda circunstância que reflita a presença de injustiça e exclusão.
41. Como dissemos, falar de meninos e meninas no centro é outorgar maior protagonismo a um setor cuja vulnerabilidade provém da invisibilidade e da exclusão. Por que? Porque ele implica empoderar, reconhecer sua capacidade criativa, o direito de sua voz e, com isto, comprometer-nos com a construção de uma nova maneira de ver a infância, cujo resultado será uma visão mais ampla de sua situação e, com isso, uma praxe concreta para lutar contra aquelas circunstâncias de injustiça que a deixa em um lugar de vulnerabilidade e risco. Isto significa, por conseguinte, uma nova maneira de ver a igreja, sua organização, sua compreensão do comunitário, sua espiritualidade e seus ministérios.

Teologia e jogo

42. Toda maneira de compreender a fé, a espiritualidade e a igreja partem de uma visão de Deus; ou seja, de uma teologia. Em outras palavras, nossas compreensões e definições de

Deus darão lugar, permitirão, possibilitarão (ou não!) Certas práticas e cosmovisões. Com esta afirmação partimos de que a teologia é uma prática que desenvolve todo crente e toda igreja em sua vida diária al ver sus circunstancias à luz da fé. Já temos visto que existe uma imagem preponderantemente adultocêntrica de Deus, o qual também legitima e promove certas práticas, cosmovisões e dinâmicas. Por isso nos perguntamos: como construir uma teologia que seja mais inclusiva e sensível a nossos meninos e meninas?

43. O caminho que precisamos percorrer é facilitar uma teologia desde a infância. Isto significa construir espaços onde meninos e meninas sejam escutados sobre os assuntos da fé, da Bíblia e da Igreja. Claro que as pessoas adultas têm muito que ensinar. Mas também podemos criar espaços onde as apreciações e imagens da infância nos ensinem mais de Deus. Por que? Porque Deus fala através dela. Mais ainda, o mesmo ato de permitir falar e de escutar implica em si mesmo uma ação de reconhecimento e inclusão, portanto de justiça.
44. Isto representa grandes mudanças em como a igreja se reconhece a si mesma como uma comunidade de aprendizagem. Por isso nos perguntamos: como se constroem as instâncias educativas nas igrejas? Os meninos e meninas têm a possibilidade de fazer teologia –de manifestar sua visão de quem é Deus e como age- ou só são recipientes do ensino de uma pessoa adulta?

Missão desde a infância: conversão, evangelização, discipulado e pastoral

45. Considerar a missão desde os meninos e meninas é mudar as lógicas tradicionais de nossas Igrejas. Em nossas práticas eclesiais costumam ser as pessoas adultas quem evangelizam aos meninos e meninas e tratam de guiá-los até Jesus, convertendo-os só em recipientes de evangelização e não em sujeitos de missão.

46. Assim, a conversão se dá no marco da experiência adultocêntrica e pragmática, onde o menino ou a menina segue uma fórmula predeterminada (levanta sua mão, faz a oração e passa ao altar) para obter a salvação. Esta compreensão deve ser analisada observando o que a Bíblia nos diz sobre os meninos, especialmente quando Jesus diz «deles é o reino dos céus» (Mt 19,14), o qual mostra que deixam de ser agentes passivos de evangelização, para transformar-se em sujeito ativos dela. Na perspectiva adultocêntrica, a infância é só receptora passiva; na prática missional de Jesus, este se converte em lugar e experiência evangelizadora (Mc 9.36-37).
47. A conversão pensada desde a infância, nos convida a considerá-la como uma vivência de fé que nos transforma e muda constantemente dentro do caminho da vida. Das poucas referências que temos da infância de Jesus, o evangelista Lucas faz uma menção particular ao dizer que “O menino crescia e se fortalecia, e se enchia de sabedoria, e a graça de Deus repousava Nele” (Lc 2.40). Descrição parecida se dá em relação a João o Batista (Lc 1.80).
48. Os meninos e meninas crescem integralmente: física, emocional, social, espiritual e intelectualmente. Partindo desta experiência, a igreja poderia exercer seu trabalho evangelizador e de discípulo em diversos âmbitos. Por isto devem ser considerados agentes de transformação na sociedade (Is 11.6). Neste sentido, o discipulado se transforma em uma aventura de acompanhamento e cuidado da fé. O trabalho pastoral se atrevera à travessura de mudar os esquemas de controle para “entretê-lo” e “acalmar”, incorporando a inclusão na vida comunitária e sua participação na liderança e ministério, para fazê-los visíveis no ministério da Igreja. Da mesma maneira, podemos pensar na liturgia e o culto como espaços de participação dos meninos, assim como sua inclusão em práticas tão centrais como a administração e participação da ceia do Senhor.
49. O trabalho pastoral da Igreja deve optar pelo cuidado do bem-estar da infância, o que implica uma radical resistência e denúncia contra toda prática que atenta contra a vida plena: violência, desnutrição, tráfico, maus-tratos, abusos, exploração e outras.
50. A evangelização «desde» a infância oferece horizontes mais amplos que a evangelização «para» a infância. Sugere à igreja novas pautas para o acionar missional com a infância, não só cuidando suas “almas”, mas também se comprometendo com suas palavras, ações e bem-estar integral, onde o corpo tem uma dimensão privilegiada, e com isto os jogos, os risos, o baile, as sensações, os gestos, a espontaneidade, o ruído, a fé e a festa.
- d. Que se abram espaços de trabalho conjunto com organizações sociais (religiosas ou não) comprometidas com a situação de vulnerabilidade da infância nos bairros e comunidades da igreja.

Igrejas que se fazem escutar

51. As igrejas devem ser voz profética da situação de risco e vulnerabilidade da infância, mas não como um elemento externo a ela senão partindo do contexto dos pequenos e pequenas da mesma comunidade de fé e seu contexto. Daí, cremos que alguns compromissos que as comunidades eclesiais podem assumir são os seguintes:
- Que a situação da infância tenha um lugar de maior importância nos momentos de predicação, ensinamento e liturgia das comunidades.
 - Que exista maior protagonismo dos meninos e meninas em diversas áreas da igreja, como nos espaços de ensinamentos, nos ministérios e nos momentos litúrgicos.
 - Que incorporem práticas e dinâmicas geralmente aplicadas à infância, nas interações de toda a igreja e sua membresia, para revisar aquelas fronteiras que dividem tão tangentemente os grupos da mesma faixa de idade. Aqui é central a inclusão da dimensão estética (uso das imagens, do teatro), de um diálogo participativo dentro da comunidade (o uso do narrativo, prédicas e ensinamentos construídos conjuntamente e não transmitidas unidirecionalmente) e a inclusão de atividades relacionadas com o jogo (o lúdico).

**Desafios:
transformar
e ser
transformados**



Ações valentes e valiosas

52. A situação das meninas, meninos, adolescentes e jovens em nosso continente requer de ações valentes (proféticas) e coordenadas por parte das igrejas, instituições e organizações cristãs. A mensagem de Jesus nos convoca a agir em um duplo sentido: a nos envolver com a infância em processos que promovam seu bem-estar integral e, por outra parte, a permitir que a infância confronte nossos modelos de vida adultocêntrico, e nos conduza por caminhos de transformação humana. É um processo de transformação em via dupla: fazer mais do que até agora temos feito em favor da infância, e deixar que a infância faça o muito que pode fazer em favor do nosso mundo adulto. Em outras palavras, transformar e ser transformados.

53. Os desafios de nossas igrejas, e dos cristãos e cristãs em particular, são muitos; alguns deles têm sido enunciados com urgência pastoral no presente documento. A seguinte é uma breve síntese desses desafios:

Igreja prestativa e profética

54. O Senhor quer uma Igreja que dê testemunho de seu amor entre as pessoas mais necessitadas e, como se afirmou na primeira parte de este documento, a infância não é uma, mas a primeira dessas populações. Mas além da pobreza, bem conhecidas são as estatísticas da violência (incluída a violência de gênero, contra as meninas), o abandono, a exploração sexual

comercial, o limitado acesso à educação, os problemas sanitários e o VIH e Aids, entre muitos mais.

55. O papel das igrejas na sociedade civil —especialmente em espaços políticos, organismos e instituições que trabalham pela infância— é cada vez mais notório. Vemos a ONG, municípios, escolas (privadas e públicas), organizações civis, entre outros, que procuram comunidades eclesiais ou organizações baseadas na fé para desenvolver projetos, conformar grupos consultivos, acompanhar casos de emergência, elaborar propostas legislativas a favor da infância, etc.

56. Portanto, o desafio não consiste em iniciar algo que até agora não fizemos, e sim aprofundar o que estamos fazendo, em aprender das melhores experiências e em revisar a efetividade do realizado; em dar, ademais de seu sentido social, o carácter político a essas ações e em assumir o papel que nossas igrejas podem cumprir no campo da incidência pública em favor dos direitos da infância. O ministério enfocado na promoção e na defesa dos direitos da infância é ainda um campo inexplorado para muitas igrejas.

57. Os desafios que nos apresentam com a intenção de cumprir com mais fidelidade e pertinência o papel prestativo e profético que o Senhor nos chama a cumprir nesta época (Prov 31.8-9) têm que ver com levantar a voz junto aos diversos atores sociais comprometidos com a situação da infância e a adolescência, no que refere à conscientização sobre a situação deste setor social, a necessidade de criar mais políticas públicas, denunciar situações, discursos e práticas de abuso e violência, e, sobretudo, ser um agente de mudança através do acompanhamento pastoral e a atenção de problemáticas específicas em nossas comunidades.

Igreja sensível e que aprende

58. Precisamos reconhecer que nossas igrejas pouco sabem sobre o mundo da infância. Este é um desconhecimento que compartilhamos com a sociedade em geral. Falamos dela e pensamos ter a última palavra, mas, a verdade, é que temos

explorado pouco e a desconhecemos muito. Uma vez consideramos que são seres inferiores, outras como seres em vias de «chegar a ser pessoas» ou como pequenos adultos que ainda não alcançaram os saberes e as condições necessárias para chegar a ser. Nesta percepção da infância, os adultos são superiores a ela.

59. Não sobra assinalar aqui os efeitos negativos que estas percepções têm para nosso ministério em favor da infância e também para o ministério que a infância deve desenvolver em favor das pessoas adultas. Por isso, como mostra o documento, precisamos transformar as maneiras como até agora compreendemos o mundo da infância. Desta compreensão dependem, em muito, as formas e maneiras como agimos com ela e o lugar que lhe concedemos em nossos contextos sociais.

60. O diálogo interdisciplinar com as ciências da educação, a psicologia, a antropologia, a política, a teologia e outras mais, se faz urgente neste caminho de aprendizagem. É necessário revisar, entre outros assuntos, nossas maneiras tradicionais de compreender à infância, assim como nossas visões da infância, os discursos teológicos que temos usado e as formas de relacionar-nos com as meninas e os meninos.

61. Jesus, por exemplo, tinha uma compreensão da infância que nos ajuda a entender a forma como a respeitava, dava valor e lhe concedia seu lugar na sociedade e no reino (Lc 10.21), pondo-a como exemplo em frente aos discípulos adultos (Mt 18.1-2; 19.13-14), servindo-lhe da mesma maneira que fazia com quem os seguia, mostrando com isto que também eram seus discípulos, sem distinção alguma com o resto (Mc 10.15-16).

Iglesia intergeneracional e inclusiva

62. As igrejas, em geral, estão integradas por personas jovens e adultos. Ademais dessa composição, também sabemos que a mentalidade que rege nossa cultura eclesial, assim como a cultura em geral, é

adultocêntrica, ou seja, que nos relacionamos, vemos a sociedade e vivemos a espiritualidade a «ao modo dos adultos».

63. Esse adultocentrismo se traduz em práticas eclesiais que apresentam a pessoa adulta como o modelo do acabado e completo e as meninas e aos meninos como pessoas que estão à espera de «chegar a ser grandes». Assim, o mundo adulto se entende como superior ao da infância e por isso se desenvolverão relações assimétricas de poder entre as pessoas adultas, consideradas superiores, e a infância, considerada inferior. Este adultocentrismo caracteriza a nossa cultura e delimita muitos de nossos modelos da vida familiar, da organização social e da espiritualidade cristã.
64. Talvez o anterior nos ajude a compreender as razões pelas quais a voz das meninas e dos meninos não é escutada da mesma forma como se percebe a autoridade das pessoas adultas. Em muitos casos, nem sequer é escutada. Que diferente nosso comportamento ao de Deus! Jesus mostrou o rosto inclusivo de Deus com os meninos e as meninas, validou sua presença, escutou sua palavra e os designou, como se tem dito antes, sinais de seu Reino (Mt 19.14).
65. O desafio não é menor: que as igrejas escutem a voz das meninas e meninos e que lhes permita ser protagonistas, sujeitos de ação e de direito, como uma prática eclesial e social que os empodere, os inclua e busque sua plenitude de vida. O desafio é ser igrejas inclusivas, que tenham em conta o valor da infância e validem seu lugar na igreja e na sociedade em geral.

Iglesia terna e justa

66. Os números de violência contra as meninas e os meninos são alarmantes. Diante dessa realidade lacerante, as igrejas devem jogar o papel de defensoras da infância que, ao mesmo tempo que lutam pelos direitos a sua proteção, vivem de tal forma que possam dar testemunho de proteção, segurança e justiça. A proteção que procuramos lá (fora das igrejas) a fazemos patente aqui (dentro das igrejas; igual podemos dizer da segurança, a ternura, a justiça e o bem-estar pleno). As igrejas podem ser lugares seguros, de proteção amorosa e de cuidado terno para as meninas e os meninos, em ordem com o modelo que nos chegou, o Amigo Jesus.
67. Neste sentido, a igreja deve refletir sobre a relação entre diversas práticas de castigo físico aos meninos e meninas –legitimadas desde leituras reducionistas do texto bíblico- e a promoção de contextos de abuso e violência. É uma responsabilidade das comunidades de fé o assumir a disciplina positiva e promover o deixar atrás as práticas de castigo em qualquer de suas formas. Aqui, o importante ressaltar que ter limites é necessário e é um direito dos meninos e meninas, o que implica formação e guia aos pais/mães para desenvolver suas próprias, opiniões sua capacidade de autocontrole, sua autoestima e sua autonomia, assim como comportamentos sociais adequados na cultura em que vivem. Assim, a disciplina positiva, com base no respeito à infância, permite o desenvolvimento de suas potencialidades.
68. O bom trato deveria ser a característica distintiva do ministério das igrejas para a infância: espaços seguros

onde participem com liberdade, onde aprendam sobre Deus e experimentem seu amor em um ambiente de respeito e de valorização, onde seus direitos sejam reconhecidos, donde seu valor seja considerado y donde sus aportes sejam levados em conta como dom de Deus para a transformação de todos.

Igreja formadora e protetora

69. A igreja tem como uma parte de sua missão a formação na fé. Mas essa formação não se limita À transmissão dos ensinamentos doutrinários comumente resumidas nos credos confessionais ou nas declarações de fé, sino que abrange, entre outros, a educação para a vida diária, para a responsabilidade cidadã e para a prática dos valores do reino de Deus. É uma educação orientada à formação de cidadãos e cidadãs do reino de Deus que vivem sua fé com solidariedade e que reclamam com dignidade seus direitos.
70. A formação é uma tarefa de toda a vida que começa no círculo mais próximo que é, na maioria de casos, a família. E a igreja cumpre com as famílias -e com as demais pessoas cuidadoras das meninas e os meninos um papel educativo primordial para que sejam espaços saudáveis, sanadores, formativos e justos, de cuidado e aprendizagem.⁷

7 *As comunidades de fé e as organizações que desenvolvem programas, serviços ou têm contato direto com pessoas menores de 18 anos, fariam bem em adotar uma política por escrito para mantê-los protegidos. Isto se conhece geralmente como política de proteção de meninos, meninas e adolescentes. Esta política deve ajudar a criar um ambiente seguro e positivo, e demonstrar que a Igreja ou Organização assume com seriedade sua responsabilidade de cuidá-los. Não se deve desconhecer que, lamentavelmente, em meio de tantas pessoas genuinamente interessadas pelas meninas e os meninos, também se infiltram pessoas inescrupulosas e com más intenções (abusadores sexuais ou traficantes de meninos, meninas e adolescentes); é por esta razão que se deve tomar medidas contundentes para reduzir a possibilidade de que estas pessoas se infiltrem. WorldVision publicou um caderninho informativo ao respeito, titulado: Igrejas e organizações de, seguras para a infância e adolescência, que pode ser visto aqui: <http://www.wvi.org/es/IglesiasSeguras>*